



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ESCOLA JUDICIÁRIA DO PIAUÍ - EJUD

SELEÇÃO PÚBLICA PARA ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR

DIREITO

Informações Gerais:

- Este caderno é composto de OITO PÁGINAS, contendo CINQUENTA questões;
- NÃO ABRA O CADERNO ANTES DE RECEBER AUTORIZAÇÃO DO FISCAL DE SALA.

Instruções

- Verifique se as seguintes informações estão corretas no cartão-resposta: nome, número do CPF e número de inscrição. Se houver erro, notifique o fiscal;
- Nada deve ser escrito ou registrado no cartão-resposta, além de sua assinatura e da marcação das respostas. Para isso, use apenas caneta de corpo transparente, azul ou preta;
- Após ler as questões e escolher a alternativa que melhor responde a cada uma delas, cubra totalmente o espaço que corresponde à letra a ser assinalada, no cartão-resposta.
- As respostas em que houver falta de nitidez ou marcação de mais de uma letra não serão registradas, não pontuando para o candidato;
- O cartão-resposta não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado;
- Não haverá substituição de cartão-resposta.

Caderno de Questões

- Ao receber autorização para abrir este caderno, verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, notifique imediatamente o fiscal;
- O tempo disponível para fazer a prova e preencher o cartão-resposta é de TRÊS HORAS. Nada mais poderá ser registrado após o término desse prazo.
- Ao terminar a prova e a marcação do cartão-resposta, entregue ao fiscal este caderno e o cartão-resposta.
- Nas salas de provas, os candidatos não poderão usar relógio digital, boné ou óculos escuro, nem portar arma de fogo, fumar e utilizar corretores ortográficos.
- Será eliminado da Seleção Pública o candidato que, durante a prova, utilizar qualquer meio de obtenção de informações, eletrônico ou não.
- Será também eliminado o candidato que se ausentar da sala levando consigo qualquer material de prova sem autorização da coordenação da seleção pública.

CONHECIMENTOS GERAIS

1. Na afirmação "Quem manda é o Superministro da Economia, porém ele é o Presidente", a conjunção **porém** pode ser substituída por qualquer das conjunções abaixo indicadas, sem prejuízo semântico, EXCETO por:

A) contudo.
B) todavia.
C) entretanto.
D) mas.
E) ademais.

2. Em qual das orações a partícula **que** tem valor de substantivo?

A) Ele tem um quê de misterioso.
B) Que bom este ar fresco.
C) Que é isso?
D) Ele disse que vinha.
E) Ele que se cuide-se.

3. Indique a alternativa em que os termos preenchem corretamente as lacunas do texto abaixo:

Vieram..... pessoas ao velório do que as mulheres do

Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas do texto:

A) () menos - esperava - cerimonial.
B) () menos - esperavam - cerimonial.
C) () menos - esperava - cerimoniais.
D) () menos - esperavam - cerimonial.
E) () menos - esperavam - cerimoniais.

4. Qual das alternativas contém termos que completam corretamente as frases abaixo:

I. Quem.... estes homens?
II. A grande maioria, infelizmente,.... flamenguista.
III. Estudar e trabalhar.... atividades nobres.
IV. O Poder Judiciário..... responsável pelo julgamento dos processos.

A) () são - eram - são - é
B) () é - é - é - é
C) () são - é - são - é
D) () é - eram - é - são
E) () são - eram - é - são

5. Informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o emprego das normas para regência nominal e verbal nas frases dadas:

() Aquele médico está **apto em** fazer a cirurgia.
() O réu apresentou uma queixa **contra** o advogado.
() O menino **prefere a** bola **a** carrinhos.
() O diretor-geral, em relação ao funcionário, antipatizou **dele**.

De acordo com os exemplos dados, a sequência **CORRETA** é:

A) (V), (F), (F), (V).

B) (F), (V), (V), (F).
C) (F), (V), (F), (F).
D) (F), (F), (V), (V).
E) (V), (F), (V), (V).

6. Embora Marcos tenha saído __ campo para testar suas ideias, seu experimento não tinha o mesmo rigor atual, em que não basta confirmar __ hipóteses – é preciso tentar negá-las. Se elas resistirem __ tentativa de refutação, temporariamente mantemos nossa crença.

De acordo com a norma-padrão, as lacunas do texto devem ser preenchidas, correta e respectivamente, com:

A) à ... às ... a
B) a ... as ... a
C) à ... as ... à
D) a ... às ... à
E) a ... as ... à

7. Dentre as características da certidão, quando expedida por órgãos públicos, apenas uma das apontadas abaixo **NÃO** lhe é peculiar:

A) fé pública.
B) forma verbal informativa direta.
C) data do documento.
D) verbo de certificação na terceira pessoa do singular.
E) identificação do signatário.

8. Considerando que a primeira pessoa mencionada em cada alternativa abaixo é signatário de uma modalidade de correspondência oficial e a segunda o destinatário, indique a alternativa **INCORRETA** para saudar o destinatário:

A) Desembargador – Juiz de Direito de entrância final: atenciosamente;
B) Juiz de Direito – Secretário de Vara: atenciosamente;
C) Secretário de Vara – Desembargador: atenciosamente;
D) Juiz de Direito – Desembargador: respeitosamente;
E) Juiz Leigo – Juiz de Direito: respeitosamente.

9. No âmbito da Administração Pública, conforme o Manual de Redação Oficial, a exposição dos resultados de atividades, quando apresentada a uma autoridade superior, com o propósito de cientificá-la da efetiva execução dos serviços, deve ser feita por meio de um(a):

A) exposição de motivos.
B) mensagem.
C) relatório.
D) ofício-circular.
E) aviso.

10. Percebe-se que o texto tem coesão e coerência quando se verifica que as palavras, as frases e os parágrafos estão entrelaçados, dando continuidade uns aos outros. Analise as afirmativas sobre coesão e coerência textual e assinale a alternativa **FALSA**:

A) Coesão e coerência favorecem a conexão, a ligação, a harmonia entre os elementos de um texto.
B) Alguns mecanismos que estabelecem a coesão e a coerência de um texto são: referência, substituição, elipse e uso de conjunção.
C) A referência é a colocação de um item lexical no lugar de outro(s) ou no lugar de uma oração.

- D) A elipse consiste na omissão de um termo recuperável pelo contexto.
E) Outra estratégia utilizada para proporcionar coesão e coerência ao texto é utilizar conjunção para estabelecer ligação entre orações, períodos ou parágrafos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DIREITO

11. A garantia constante do art. 5º, XXXVII, da CF/88, que consiste na proibição de juízo ou tribunal de exceção criado *ex post facto* para o julgamento de um determinado caso concreto ou pessoa, está intimamente ligado ao princípio:

- A) oficialidade.
B) favor rei.
C) impulso oficial.
D) juiz natural.
E) contraditório.

12. A respeito do inquérito policial, assinale a alternativa correta:

- A) A finalidade precípua do inquérito policial é a colheita de elementos de informação quanto à autoria e à materialidade do delito.
B) O inquérito policial é um procedimento judicial.
C) Nos crimes de ação penal privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito mediante requisição judicial ou de órgão ministerial.
D) A autoridade policial poderá determinar o arquivamento do inquérito policial uma vez convencido de que o fato é atípico.
E) O prazo para a autoridade policial finalizar o inquérito é de 10 (dez) dias, se o investigado estiver preso, e de 30 (trinta) dias, se estiver solto, não sendo possível a concessão de mais tempo para a realização de diligências ulteriores.

13. Acerca das medidas cautelares, pode-se afirmar corretamente que:

- I. São medidas cautelares diversas da prisão, dentre outras, a monitoração eletrônica e o comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades.
II. As medidas cautelares alternativas não podem ser decretadas de ofício no curso da ação penal.
III. A medida cautelar de internação provisória exige laudo, indicando a imputabilidade do agente e risco de reiteração, mas não exige que o crime tenha sido praticado com violência ou grave ameaça à pessoa.
- A) Os itens I e II estão corretos.
B) Os itens I, II e III estão corretos.
C) Apenas o item I está correto.
D) Apenas o item II está correto.
E) Apenas o item III está correto.

14. Assinale o princípio que NÃO corresponde ao Processo Penal:

- A) parcialidade do juiz.
B) igualdade processual.

- C) contraditório.
D) ampla defesa.
E) oficialidade.

15. Conforme o Código de Processo Penal, NÃO determinará a competência jurisdicional:

- A) a prerrogativa de função.
B) a prevenção.
C) a distribuição.
D) o domicílio ou residência do réu.
E) o grau da infração.

16. Com relação aos direitos e deveres individuais e coletivos, previstos no corpo da Constituição Federal, todas as assertivas estão corretas, EXCETO:

- A) São a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
B) A obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal, independe do pagamento de taxas e deve ser assegurado a todos indistintamente.
C) Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
D) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, bem como por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros, associados ou qualquer cidadão.
E) Conceder-se-á *habeas data* para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, assim como para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

17. No que toca à organização do Estado, mais especificamente em relação à Administração Pública, nos moldes previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
B) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
C) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
D) A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.
E) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público, exceto em relação às autarquias.

18. Em relação à organização dos Poderes, nos termos contidos na Constituição Federal, especialmente no que toca ao Poder Judiciário, assinale a assertiva INCORRETA:
- Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.
 - Os tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais poderes na lei orçamentária.
 - Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas federal, estaduais, Distrital e municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.
 - Os juízes gozam das garantias relativas à vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio.
 - Aos juízes é vedado dedicar-se à atividade político-partidária.
19. São considerados direitos sociais, segundo a Carta Magna de 1988, EXCETO:
- Moradia.
 - Lazer.
 - Alimentação.
 - Trabalho.
 - Propriedade.
20. Assinale a alternativa verdadeira no que tange aos Servidores Públicos, segundo a CF/88:
- Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão semestralmente, os valores dos subsídios e da remuneração dos cargos e dos empregos públicos.
 - São estáveis, após três anos de efetivo exercício, os servidores nomeados para cargos de provimento efetivo em virtude de concurso público.
 - O servidor público estável somente perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
 - Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável será exonerado.
 - A participação em cursos de aperfeiçoamento não pode ser considerada requisito para a promoção na carreira dos servidores públicos.
21. Acerca dos Tribunais e juízes dos Estados, marque a alternativa correta, segundo a Constituição Federal de 1988:
- O Tribunal de Justiça poderá funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.
 - Para dirimir conflitos fundiários, o Tribunal de Justiça proporá a criação de varas especializadas, com competência privativa para questões agrárias.
 - Lei federal poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça, a Justiça Militar.
 - A competência dos tribunais será definida na Constituição do Estado, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do legislativo estadual.
 - Dois quintos dos lugares dos Tribunais dos Estados será composto de membros do Ministério Público com mais de dez anos de carreira e de advogados de notório saber jurídico e reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional.
22. O artigo 37 da Constituição Federal contempla princípios a serem observados pela Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. NÃO é um princípio expresso no texto constitucional:
- moralidade.
 - impressoalidade.
 - legalidade.
 - eficiência.
 - boa-fé.
23. Assinale a assertiva que informa a correta classificação dos bens públicos quanto à sua destinação:
- afetados e desafetados.
 - bens de uso comum do povo, bens de uso especial e bens dominicais.
 - alienáveis e prescritíveis.
 - penhoráveis e impenhoráveis.
 - por usucapião e por compra diretamente.
24. Acerca do Controle Administrativo, assinale corretamente:
- Pode ser exercido pelo Poder Judiciário, ainda que se trate do mérito administrativo.
 - Pode ser exercido pelo Poder Judiciário, desde que se restrinja ao controle de legalidade e de legitimidade.
 - O Tribunal de Contas da União auxilia no controle político da União.
 - Os Tribunais de Contas dos Estados prestam auxílio ao Poder Executivo no controle financeiro.
 - O controle não pode ser interno, somente externo.
25. No que tange aos Bens Públicos, assinale a alternativa ERRADA:
- Os Bens Públicos podem ser classificados em bens de uso comum do povo, bens de uso especial e bens dominicais.
 - À exceção dos bens dominicais, todos os bens públicos são incorporados ao patrimônio público para uma destinação especial. A esse instituto chamamos de afetação.
 - Bens de uso comum do povo são bens, móveis ou imóveis, que se destinam ao uso pelo próprio Poder Público para a prestação de serviços. A população os utiliza na qualidade de usuários daquele serviço.
 - Bens públicos são aqueles pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno, quais sejam: União, Estados, DF, Municípios, autarquias e fundações públicas.
 - Dominicais: constituem o patrimônio disponível, exercendo o Poder Público os poderes de proprietário como se particular fosse. São bens desafetados, ou seja, não possuem destinação pública.
26. O princípio administrativo através do qual se tem por objetivo assegurar a estabilidade das relações jurídicas já consolidadas, considerando a inevitável evolução do Direito, tanto em nível legislativo, jurisprudencial ou de interpretação administrativa das normas jurídicas, é o princípio da:
- legalidade.
 - proporcionalidade.
 - boa-fé.
 - segurança Jurídica.
 - razoabilidade.

27. A respeito do Controle da Administração Pública, assinale a alternativa ERRADA:
- A) Órgãos administrativos podem confirmar ou rever condutas internas, no que tange aos aspectos de legalidade ou de conveniência e oportunidade, no exercício do controle administrativo.
 - B) O controle administrativo é um controle tanto da legalidade quanto do mérito.
 - C) É um instrumento jurídico utilizado na fiscalização sobre a atuação dos agentes e órgãos públicos.
 - D) O controle administrativo é sempre um controle interno.
 - E) Somente pode ser realizado de ofício por iniciativa da própria administração, não sendo cabível provocação de parte interessada.
28. Acerca do procedimento dos Juizados Especiais Criminais, previsto na Lei nº 9.099/95, analise os seguintes itens:
- I. Na audiência preliminar, o Juiz esclarecerá sobre a possibilidade da composição dos danos e da aceitação da proposta de aplicação imediata de pena não privativa de liberdade.
 - II. Da decisão que rejeita a denúncia caberá recurso em sentido estrito.
 - III. Comparecendo o autor do fato e a vítima, e não sendo possível a realização imediata da audiência preliminar, será designada data próxima, da qual ambos serão intimados por via postal.
- Está correto apenas o que se afirma em:
- A) I.
 - B) I e II.
 - C) I e III.
 - D) III.
 - E) I, II e III.
29. Conforme previsão do artigo 63 da Lei nº 9.099/95, a competência dos Juizados Especiais Criminais é determinada:
- A) Pelo local onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
 - B) Pelo lugar em que foi praticada a infração penal.
 - C) Pelo domicílio do autor do fato.
 - D) Pelo domicílio da vítima.
 - E) Pelo lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como por onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
30. Acerca dos juizados especiais criminais, previsto na Lei nº 9.099/1995, assinale a alternativa correta:
- A) Possuem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo.
 - B) Possuem competência para julgar somente os crimes de menor potencial ofensivo.
 - C) Possuem competência para julgar somente as contravenções penais de menor potencial ofensivo.
 - D) Não possuem competência para promover a conciliação em processos criminais.
 - E) Possuem competência somente para o julgamento das infrações penais de menor potencial ofensivo.
31. De acordo com o artigo 14, da lei 9.099/95, seus parágrafos e incisos, o processo instaurar-se-á com a apresentação do pedido. Assinale a alternativa INCORRETA sobre a forma de elaboração do pedido:
- A) O pedido deve ser escrito ou oral à Secretaria do Juizado.
 - B) Do pedido constarão, de forma simples e em linguagem acessível: o nome, a qualificação e o endereço das partes.
 - C) Também devem constar no pedido os fatos e os fundamentos, de forma sucinta.
 - D) O pedido oral será reduzido a escrito pela Secretaria do Juizado, podendo ser utilizado o sistema de fichas ou formulários impressos.
 - E) Não é lícito formular pedido genérico, quando não for possível determinar, desde logo, a extensão da obrigação.
32. Assinale a alternativa correta, de acordo com o regime dos Juizados Especiais:
- A) As testemunhas, até o máximo de seis para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento levadas pela parte que as tenha arrolado, independentemente de intimação, ou mediante esta, se assim for requerido.
 - B) A sentença deve necessariamente conter relatório, fundamentação e dispositivo.
 - C) No recurso, as partes não serão obrigatoriamente representadas por advogado.
 - D) Havendo pedidos contrapostos, não poderá ser dispensada a contestação formal e ambos serão apreciados na mesma sentença.
 - E) O recurso terá somente efeito devolutivo, podendo o Juiz dar-lhe efeito suspensivo, para evitar dano irreparável para a parte.
33. Assinale a alternativa INCORRETA, com fundamento nos artigos 30 a 37 da Lei 9.099/95:
- A) O autor poderá responder ao pedido do réu na própria audiência ou requerer a designação da nova data, que será desde logo fixada, cientes todos os presentes.
 - B) A contestação, que será oral ou escrita, conterá toda matéria de defesa, exceto arguição de suspeição ou impedimento do Juiz, que se processará na forma da legislação em vigor.
 - C) Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente, podendo o Juiz limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.
 - D) Quando a prova do fato exigir, o Juiz poderá inquirir técnicos de sua confiança, permitida às partes a apresentação de parecer técnico.
 - E) A prova oral será reduzida a escrito, devendo a sentença referir, no essencial, os informes trazidos nos depoimentos.
34. Com base nas regras que constituem a Parte Geral do Código Civil vigente, é correto afirmar que:
- A) De acordo com a norma que trata da aquisição da personalidade jurídica, a titularidade de quaisquer direitos e a assunção de obrigações, pelo nascituro, só exclusivamente ocorrerá a partir do nascimento com vida.
 - B) Aos menores de quatorze anos que integrem programa federal de Jovem Aprendiz aplicar-se-á a regra válida para absolutamente capazes, já que o desempenho de

- atividade remunerada tem o condão de emancipá-los.
- C) Nos termos do Código Civil, os silvícolas subsomem-se às regras adstritas aos absolutamente incapazes, vez que não estão completamente integrados ao ambiente moldado pela civilização moderna.
- D) Os ébrios habituais que praticarem negócios, sob estado de entorpecimento absoluto ou completa embriaguez, serão considerados absolutamente incapazes para todos os efeitos jurídicos dessas transações.
- E) Aos que apresentarem dezesseis anos completos e optarem pela maioridade civil, o Código Civil autoriza a cessação da menoridade, quando a mesma contar com a concordância dos pais, ou pelo menos um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de chancela judicial.
35. No que toca às normas específicas aplicadas às pessoas jurídicas, marque a opção correta:
- A) O domicílio da pessoa jurídica, para todos os efeitos, deverá ser aquele onde estiver localizado a sua sede.
- B) O prazo decadencial para desconstituição da pessoa jurídica encerra-se após o intervalo de 03 anos, a começar da data de publicação de sua inscrição no registro.
- C) A criação de empresa pública federal depende unicamente do registro da mesma no órgão registral competente, independente de autorização prévia por ato legal.
- D) O conceito da desconsideração da personalidade jurídica somente se aplica para alcance do patrimônio individual dos sócios que se locupletarem dos abusos ou fraudes perpetradas, não sendo reconhecida, pela jurisprudência, a sua modalidade inversa.
- E) Se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões serão tomadas pela maioria absoluta dos membros existentes.
36. Quais dos sujeitos, a seguir relacionados, encabeçam a ordem de sucessão hereditária sobre a legítima, prevista no Código Civil 2002:
- A) Filhos em concorrência com o cônjuge.
- B) Pais em concorrência com cônjuge.
- C) Cônjuge sobrevivente.
- D) Tios.
- E) Sobrinhos.
37. Assinale a opção correta acerca da aplicação e vigência da lei no ordenamento jurídico brasileiro:
- A) Salvo disposição em sentido contrário, a lei começa a vigorar em todo o país imediatamente após sua publicação oficial.
- B) A repristinação legal não é admitida em nenhuma hipótese.
- C) Nos estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, inicia-se três meses após publicação oficial.
- D) Lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, modifica ou revoga a lei anterior, conforme o caso.
- E) As correções a texto de lei já em vigor consideram-se meras inserções textuais, sem modificações de sua vigência, em nenhuma hipótese.
38. Acerca do instituto da Sucessão, assinale a alternativa correta:
- A) Dá-se somente por disposição da lei.
- B) A herança transmite-se, desde logo, aos herdeiros legítimos, não alcançando os herdeiros testamentários.
- C) Regula a sucessão e a legitimação para suceder a lei vigente ao tempo da abertura daquela.
- D) A sucessão abre-se no lugar do domicílio dos herdeiros necessários.
- E) Havendo herdeiros necessários, o testador poderá dispor da totalidade da herança.
39. Em relação à capacidade para a prática de atos da vida civil, assinale a alternativa INCORRETA:
- A) São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer, aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.
- B) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os ébrios habituais e os viciados em tóxico.
- C) Cessará, para os menores, a incapacidade pela colação de grau em curso de ensino médio.
- D) Cessará a incapacidade pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento particular, independente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos.
- E) A capacidade dos indígenas é regulada pelo código civil.
40. Marque a alternativa INCORRETA acerca das normas fundamentais previstas no Código de Processo Civil vigente:
- A) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
- B) Os juízes e os tribunais atenderão, obrigatoriamente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.
- C) É assegurada às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais, competindo ao juiz zelar pelo efetivo contraditório.
- D) Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana, observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.
- E) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.
41. Sobre as nulidades, analise as assertivas a seguir e assinale a correta:
- A) Caso o processo tenha tramitado sem conhecimento do Ministério Público, quando este tiver obrigatoriedade de intervir, o juiz tornará nulo todo o procedimento.
- B) As citações e as intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais, salvo nos julgados especiais.
- C) Ainda que se possa decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite a decretação da nulidade, o juiz a

- pronunciará ou mandará repetir o ato, dependendo da situação.
- D) Dar-se-á o aproveitamento dos atos praticados desde que não resulte prejuízo à defesa apenas do réu.
- E) A nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão.
- 42. Sobre tutelas provisórias, assinale a alternativa INCORRETA:**
- A) Em qualquer situação, a tutela provisória conservará a eficácia durante o período de suspensão do processo.
- B) A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência.
- C) Ressalvada disposição especial, na ação de competência originária de tribunal e nos recursos a tutela provisória será requerida ao órgão jurisdicional competente para apreciar o mérito.
- D) A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.
- E) A tutela de urgência de natureza cautelar pode ser efetivada mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens, registro de protesto contra alienação de bem e qualquer outra medida idônea para assecuração do direito.
- 43. Sobre jurisdição e ação, pode-se afirmar, EXCETO:**
- A) Para postular em juízo, é necessário ter interesse, legitimidade e objeto juridicamente possível.
- B) Ninguém poderá pleitear, em nome próprio, direito alheio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico.
- C) É admissível a ação meramente declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito.
- D) O interesse do autor pode limitar-se à declaração da existência, da inexistência ou do modo de ser de uma relação jurídica, além da autenticidade ou da falsidade de documento.
- E) É admissível a ação meramente declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito.
- 44. O CPC dispõe que nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar: enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos, entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência ou enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local. Trata-se da técnica de julgamento denominada de:**
- A) julgamento de ações repetitivas.
- B) tutela de evidência.
- C) tutela inibitória.
- D) julgamento antecipado parcial do mérito.
- E) improcedência liminar do pedido.
- 45. Acerca da Ação Penal, assinale a alternativa INCORRETA:**
- A) Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.
- B) A representação é retratável, até o recebimento da denúncia pelo Juízo.
- C) O titular da ação penal pública condicionada é o Ministério Público.
- D) A própria vítima do crime, ou seu representante legal, poderá propor a ação nos casos de ação pública incondicionada, se o Ministério Público não apresentar a denúncia no prazo legal.
- E) A renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, a todos se estenderá.
- 46. Sobre ação penal e os princípios que a regem, assinale a afirmativa correta:**
- A) É nula a sentença condenatória fundamentada exclusivamente em elementos colhidos em inquérito policial.
- B) Decadência é a inércia ou negligência do querelante que, após o início da ação penal privada, deixa de promover o andamento do processo durante 30 (trinta) dias seguidos, acarretando a perda do direito de prosseguimento da ação.
- C) Nos crimes de ação privada, haverá a extinção da culpabilidade se o querelante deixar de formular o pedido de condenação nas alegações finais.
- D) Segundo o que dispõe o Código de Processo Penal, no caso de morte do ofendido, a ordem preferencial para se exercer o direito de queixa é cônjuge, descendente, ascendente e tutor ou curador.
- E) A Ação Penal Pública poderá ser proposta pelo Ministério Público, por advogado público ou particular.
- 47. Acerca da competência no Processo Penal, é INCORRETO afirmar:**
- A) Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu.
- B) A competência por continência objetiva dar-se-á quando duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração.
- C) A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso da tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.
- D) A competência em razão da matéria da jurisdição comum estadual é residual em relação à jurisdição comum federal e às jurisdições especiais.
- E) Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção.
- 48. Acerca da ação penal, título previsto no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta:**
- A) Nos crimes de ação privada, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- B) No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de representação passará ao cônjuge, avô, avó ou tio.
- C) A representação será irretratável, depois de oferecida a denúncia.
- D) Ao ofendido ou a quem tenha qualidade para representá-lo caberá intentar a ação pública.
- E) Nos crimes de ação pública, o juiz, a requerimento da

parte que comprovar a sua pobreza, nomeará advogado para promover a ação penal.

49. Acerca das espécies recursais definidas no Código de Processo Penal, é correto afirmar:
- A) O recurso em sentido estrito é cabível da decisão, despacho ou sentença que concluir pela competência do juízo.
 - B) Os embargos de declaração serão deduzidos em requerimento de que constem os pontos em que o acórdão é ambíguo, obscuro, contraditório, omissivo ou confuso.
 - C) As revisões criminais serão processadas e julgadas pelo Supremo Tribunal Federal, quanto às condenações proferidas pelos Tribunais em segundo grau.
 - D) Caberá apelação, no prazo de cinco dias, das sentenças definitivas de condenação ou absolvição proferidas por juiz singular.
 - E) O recurso extraordinário tem efeito suspensivo, e, uma vez arzoados pelo recorrido os autos do traslado, os originais baixarão à primeira instância, para a execução da sentença.
50. Conforme o Código de Processo Penal, NÃO determinará a competência jurisdicional:
- A) a prerrogativa de função.
 - B) a prevenção.
 - C) a distribuição.
 - D) o domicílio ou residência do réu.
 - E) o grau da infração.